



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

ATA DA 44ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

OBJETO: Apresentação sobre o Grupo Integrado de Apoio Técnico – composição e funções; Discussão sobre subdivisão de área na APA do Passaúna para implantação de equipamentos públicos no município de Campo Magro; Apresentação sobre a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu.

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala de reuniões da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, realizou-se a 44ª reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. Registrou-se a presença dos Prefeitos de Campina Grande do Sul – Sr. Luís Carlos Assunção, do Prefeito de Campo Magro – Sr. José Antonio Pase e do Prefeito de São José dos Pinhais – Sr. Ivan Rodrigues. O Diretor Técnico da COMEC Eng. Antonio Wandscheer abriu a reunião informando sobre o GIAT – Grupo Integrado de Apoio Técnico, que foi criado inicialmente para licenciar os projetos em áreas de manancial na RMC, como forma de agilizar o licenciamento. Ele apresentou a técnica Luciana Arzua, consultora contratada pela SEMA, que esclareceu sobre as competências do grupo. O GIAT, conforme o Decreto Estadual nº 3411/08, está vinculado à SEMA e possui as atribuições de centralizar, agilizar, analisar, aprovar e autorizar as atividades em áreas de interesse de mananciais da RMC que necessitem de licenciamento ambiental, bem como empreendimentos e obras consideradas estratégicas ou de potencial impacto ambiental das áreas em questão. Ela informou que está em construção a proposta de um novo decreto, que será aplicado inicialmente na Região Metropolitana de Curitiba, na Bacia do Alto Iguaçu e Alto Ribeira e depois será estendido para todo o Estado, com relação a empreendimentos, habitações e extração mineral. O representante do SINDUSCON Sr. Ubiraitá Dresch perguntou se com esses parâmetros os demais empreendimentos de menor porte continuam com o mesmo processo. A Sra. Luciana Arzua respondeu que os empreendimentos menores podem optar, se passam pelo GIAT ou se pelo procedimento usual. Na sequência, ela apresentou o Manual que será orientativo aos procedimentos a serem adotados e aponta que o prazo para aprovação de habitação de interesse social será de trinta dias e para os demais será de sessenta dias. O Prefeito de São José dos Pinhais Sr. Ivan Rodrigues questiona sobre a possibilidade de recurso e para quem será encaminhado. Ela respondeu que o recurso deverá ser enviado para o próprio GIAT. Encerrada a apresentação, o Eng. Antonio Wandscheer disse que muitas vezes os projetos demoram para serem aprovados pois falta documentação e com esse manual isto será sanado. Luciana diz que o manual está finalizado e que estão aguardando a aprovação do decreto para disponibilizá-lo. O Sr. Ubiraitá Dresch do SINDUSCON perguntou se o manual seria aprovado mesmo sem ter sido discutido. O Diretor Técnico da COMEC Eng. Antonio Wandscheer esclareceu que o conteúdo do manual é somente compilação da legislação, que os processos serão agilizados, mas a documentação é a mesma e os procedimentos são aqueles determinados por lei. O que foi apresentado é somente uma nova metodologia. A Sra. Luciana comentou que o manual é uma compilação de procedimentos já existentes, mas com maior agilidade e que, por outro lado, o empreendedor deverá apresentar o projeto completo.

O Diretor Técnico da COMEC complementou informando que o processo só será iniciado se o município der autorização ao empreendedor, de acordo com a legislação do município. Finalizada a apresentação, o Presidente do Conselho Gestor dos Mananciais e Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba Dr. Alcidino Bittencourt Pereira solicita ao representante do município de Campo Magro a apresentação de sua solicitação. O Prefeito de Campo Magro Sr. José Antonio Pase passa a palavra para Secretário de Urbanismo Sr. Agilmar Cichacewski que explica a intenção do município de implantar um posto do INSS na APA do Passaúna. Esclarece que não há outro imóvel disponível para a implantação e o INSS exige que o imóvel seja individualizado, com registro de imóvel próprio. Na área proposta há um conjunto de equipamentos públicos e assim solicita um posicionamento especial para essa área. A explanação foi complementada pelo Sr. Márcio Moure da Prefeitura de Campo Magro o qual informou que trata-se de uma subdivisão de terreno nº 3-A, pertencente ao Município, em lotes de tamanho inferior ao permitido pelo previsto no Decreto Estadual nº 5063/2001. No terreno em questão, que possui uma área total de 9.387,60 m², a proposta é de subdivisão em cinco lotes, sendo 2.477,34 m² para a Unidade de Saúde Municipal; 1.075,00 m² para o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS visando a construção da agência da Previdência Social; 1.362,57 m² para implantação de novo equipamento público; 3.193,59 m² para a Creche Municipal e 1.279,10 m para acesso interno. Sobre o assunto já foi ouvida a Câmara de Apoio Técnico do Passaúna – CAT Passaúna, cujo parecer foi o seguinte: “ A CAT se pronuncia favorável a intenção pretendida da Prefeitura, concedendo anuência do empreendimento, desde que ouvido o Conselho Gestor dos Mananciais.” O Sr. Nelson Adamowicz do IAP fala que já existem equipamentos públicos no local e que a CAT é favorável por ser de interesse público e pela taxa de ocupação não ultrapassar o máximo permitido que é de 20%. O Prefeito de São José dos Pinhais considera que existe uma situação que já é consolidada e que a área já está de certa maneira fracionada, então não há nenhum inconveniente, ao contrário, trará benefícios ao município. O Sr. Arnaldo Carlos Muller da PUC pergunta se haverá situações semelhantes no futuro, e diz preocupar-se com o que pode ocorrer nos próximos anos, com a perda da característica da zona. O Dr. Alcidino Pereira considera que mesmo sendo de interesse público, deve se submeter ao Conselho Gestor dos Mananciais. O representante da PUC Sr. Arnaldo Carlos Muller comenta estar preocupado com o adensamento populacional e com o foco principal que é a água, que deve-se pensar seriamente em observações necessárias. A Arq. Maria Luiza M. Araujo da COMEC comentou que Campo Magro sofreu quando foi desmembrado de Almirante Tamandaré e que o município ainda não conseguiu estruturar sua sede que está na Bacia do Rio Verde. Esclareceu que o crescimento maior ocorreu na Bacia do Passaúna, por conta do crescimento de Curitiba e que essa população necessita de equipamentos públicos. O Sr. Arnaldo Carlos Muller considera que devemos nos preocupar com a área como um todo e verificar a situação daqui a dez anos. O Presidente do Conselho Gestor coloca o assunto em discussão, sendo que a proposta foi aprovada pelos presentes por unanimidade. Na sequência, a Arq. Maria Luiza M. Araujo apresenta o Decreto Estadual nº 3742, de 12 de novembro de 2008, que declara a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu na RMC (AIERI), e ações previstas em trabalho a ser desenvolvido por COMEC/SEDU (coordenação), IAP, MINEROPAR, SUDERHSA, SEMA e municípios. Esclareceu que um dos objetivos da AIERI é promover a proteção, manutenção e recuperação ambiental e paisagística das áreas contíguas ao leito do Rio Iguaçu. O Dr. Alcidino Pereira comentou que para avançar no trabalho solicitará aos Srs. Prefeitos a indicação de técnicos para o acompanhamento do trabalho e posteriormente



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

auxílio nas definições a serem efetuadas em cada município. O representante da PUC Sr. Arnaldo Muller comentou que as Universidades têm a possibilidade de disponibilizar alunos em final de curso para desenvolver trabalhos durante 3 ou 4 meses. O Diretor Técnico da COMEC Eng. Antonio Wandscheer informou sobre a necessidade de aquisição de fotografias aéreas e que o custo poderia ser dividido entre as Instituições e as Prefeituras. Finalmente, o Sr. Presidente do Conselho, agradeceu a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão.

ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO
Secretária Executiva

JOSÉ ANTONIO PASE
Conselheiro

LUIS CARLOS ASSUNÇÃO
Conselheiro

IVAN RODRIGUES
Conselheiro

ANTONIO WANDSCHEER
Conselheiro

EMÍLIO TREVISAN
Conselheiro

PAULO CARNEIRO RAFFO
Conselheiro

ARNALDO CARLOS MULLER
Conselheiro

UBIRAITÁ ANTONIO DRESCH
Conselheiro



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

ATA DA 45ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

OBJETO: Apresentação de projeto para relocação de famílias pelo Programa Vizinhança Solidária na UTP do Itaqui em São José dos Pinhais; licenciamento de Terminal Logístico na UTP do Itaqui em São José dos Pinhais; Apresentação de Proposta de Alteração na UTP de Pinhais e Revisão do Plano Diretor do município de Pinhais.

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na sala de reuniões da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, realizou-se a 45ª reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. Registrou-se a presença dos Prefeitos de Campina Grande do Sul – Sr. Luís Carlos Assunção, do Prefeito de Campo Magro – Sr. José Antonio Pase, do Prefeito de São José dos Pinhais – Sr. Ivan Rodrigues. O Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba Dr. Alcidino Bittencourt Pereira abriu a reunião e colocando a Ata da reunião anterior em discussão que foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi apresentado pelo Secretário de Urbanismo de São José dos Pinhais - Arquiteto Paulo Chiesa - o Programa Vizinhança Solidária na UTP do Itaqui. A solicitação foi de que sejam aprovadas as áreas destinadas a relocação de moradores e para isso é necessária a alteração zoneamento pelo Estado na UTP do Itaqui e a criação de Áreas de Interesse Social pelo Município. O Diretor Técnico da MINEROPAR - Geólogo Rogério Felipe – fez uma apresentação sobre a condição de ocupação das áreas propostas pelo Município. A primeira área situada no Guatupê possui a recomendação de que deve estar ligada a rede de coleta de esgoto e os canais de drenagem devem ser perpendiculares as curvas de nível. A outra área situada na Borda do Campo possui restrições à ocupação, com parte alagável, e que deve ser estudada a sua ocupação para não ter problemas de enchentes. O Sr Rogério Felipe esclareceu que é possível um aterramento com drenos, mediante permissão do IAP e Instituto das Águas do Paraná e que para esse local prevalecem as mesmas condições para ocupação da área do Guarituba em Piraquara. Deve-se levar em consideração que a área já está ocupada e que se pode melhorar as condições de vida da população e do meio ambiente. O representante da SANEPAR – Sr. Paulo Raffo disse que há projeto de drenagem e coleta de esgoto para toda a área. O Sr. Fragomeni comenta que deve ser esclarecida a divergência entre os mapeamentos da Mineropar e Instituto das Águas do Paraná. Na ocasião os representantes do Conselho esclareceram que não há divergência entre os mapas. O Diretor Técnico da MINEROPAR apresentou áreas úmidas e o do Instituto da Águas representa as curvas de cheias. A prioridade é o assentamento das famílias em áreas de risco. A Arquiteta Maria Luiza Araujo comentou que a COMEC elaborou o zoneamento estadual da UTP e também o zoneamento do município e que as faixas de proteção foram indicadas pela SUDERHSA e que o projeto ao respeitar uma faixa de cem metros ao longo do Rio Itaqui atende as diretrizes traçadas há 10 anos. Uma das preocupações levantadas na reunião foi a de qual é a garantia de não haver reocupação. O Sr. Paulo Chiesa disse que haverá um tamponamento de áreas e fiscalização e que será dado um novo uso à área com a instituição de um Grupo de Acompanhamento. O Prefeito São José dos Pinhais Sr. Ivan Rodrigues esclareceu que o projeto foi criado na gestão anterior e que a sua preocupação é



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

que o projeto se consolide com pressa por causa da ocupação acentuada. O Sr. Paulo Chiesa comentou que estas áreas foram as possíveis de aquisição e que o projeto vem ao encontro da proteção sócio-ambiental. O Conselho considerou importante o IAP e o Instituto das Águas serem ouvidos e emitirem parecer. O Conselho aprovou o projeto com esta condição. O representante da APPAM Sr. Jorge Grandó disse que não concorda com aterramento. O representante do Instituto das Águas – Sr. Emílio Trevisan perguntou sobre o que está se pensando para a outra margem do Rio Itaquí. O Sr. Fragomeni disse que manteve contato com os órgãos envolvidos e Prefeitura de Piraquara e que apesar do Município não estar participando com recursos, foi feita também uma proposta para a área de Piraquara. O Dr. Alcidino Bittencourt Pereira solicita um parecer por escrito do IAP e Instituto das Águas. O representante do IAP – Sr. Reginato Bueno comentou que o que se busca é compatibilizar a legislação à questão social, mas que deve-se estudar bem a situação, com todos os estudos possíveis. O Dr. Alcidino Pereira apontou que deve-se tratar diferentemente as duas áreas. O representante da PUC - Dr. Arnaldo Muller perguntou se as rendas são similares para as duas áreas. O Sr. Paulo Chiesa respondeu que a previsão é de até três salários mínimos para ingressar no programa. Aproveitou a ocasião para noticiar que há um trabalho em andamento visando a implantação do parque proposto. Na região da Borda do Campo há previsão de implantação de infra-estrutura e equipamentos. O Dr. Alcidino procurou encaminhar a decisão solicitando um posicionamento dos Conselheiros estabelecendo a condição de pedir ou não pareceres. O representante da PUC sugeriu a aprovação com atenção especial para áreas com fragilidade. O Sr. Gil Polidoro sugeriu que a aprovação seja condicionada. O Conselho aprovou os projetos com a ressalva de que sejam respeitados os condicionantes do IAP e do Instituto das Águas. Em seguida foi apresentada na reunião a proposta de implantação pela empresa TRANSMORENO de um Pátio de Armazenamento temporário de veículos. O interessado apresentou a situação do empreendimento, destacando que a empresa já possui suas instalações a 2.000 metros do local em funcionamento e que está solicitando uma alteração de endereço. A intenção é utilizar uma área descampada, com acesso de servidão, sem alteração no impacto de trânsito, com a impermeabilização de pequena área. A proposta prevê uma proteção de 100m ao longo do Rio Itaquí e proteção da reserva legal, sendo que uma parte do terreno que não possui mata ciliar será recuperada para auxiliar na conservação do rio. Esclareceu que o acesso será efetuado por marginal ao lado das instalações da empresa Perdigão e que o esgoto gerado será retirado com limpa fossa e levado para a ETE. O empreendedor comentou também que foi orientado pela Prefeitura para que apresentasse a proposta ao CGM. O Prefeito de São José dos Pinhais comentou que esse processo estava em estudo no Conselho Municipal de Urbanismo e que se preocupa com problemas gerados por indústrias automobilísticas porque resolve um problema local e causa problemas maiores no entorno. O representante da PUC considerou que devem ser verificadas as questões ambientais e não o sistema viário, a não ser que tenha impacto. A Sra. Maria Luiza Araujo COMEC comentou que o sistema viário é uma questão que a COMEC considera importante e a mobilidade regional deve ser considerada. O representante da PUC comentou que a presença de campo é tão importante quanto a mata ciliar, mas não pode considerar que tudo será preservado. Considerou que há uma preocupação ambiental da empresa e que se pode preservar a área dentro da mesma micro-bacia. Visando objetivar a reunião, o Sr Gil Polidoro da COMEC considerou que o empreendimento deve ser aprovado pela Prefeitura e pelo IAP. Ao CGM cabe análise quanto ao zoneamento e devolve ao IAP para licenciamento. O representante da PUC considerou que o assunto não cabe ao CGM. O Prefeito Ivan Rodrigues falou sobre os cuidados com o sistema viário e fluxo de caminhões grandes que demoram



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

para circular e que é preciso pensar no retorno. O representante da TRANSMORENO informou que a empresa está a treze anos no local e que o fluxo é de 15 a 20 carretas por dia e que esse impacto é minimizado ao longo do dia. O representante do IAP questionou se é possível deixar uma área maior para proteger os campos. O Sr. Gil Polidoro sugeriu um Estudo de Impacto de Vizinhança. A empresa esclareceu que já fez esse estudo. O Sr. Gil Polidoro disse que o Conselho deve analisar se o empreendimento é permissível ou não. A Sra. Maria Luiza Araujo da COMEC lembrou que trata-se de um caso omissivo da legislação e que por esse motivo está no CGM e deve ser discutido quanto ao tipo de uso e quando a taxa de impermeabilização. O Prefeito de Campina Grande do Sul – Sr. Luis Carlos Assunção ressaltou que a proposta protege os 100 m do rio e por esse motivo é favorável. O Dr. Alcidino Pereira colocou em votação quanto aos pontos destacados. O Conselho decidiu que nada tem a opor quanto ao empreendimento ficando a aprovação do mesmo a cargo da Prefeitura e IAP. Na sequência da reunião foi apresentada a proposta de revisão do zoneamento da UTP de Pinhais pelo Sr. David Lachowski – Secretário de Urbanismo de Pinhais, esclarecendo que a densidade prevista inicialmente é mantida. A Sra. Daniele Baduy de Pinhais informou que não há alteração na Bacia do Rio Iraí. A proposta envolve uma maior restrição no Jardim N. Sra. do Sion que passa de Zona de Urbanização Consolidada para Zona de Ocupação Orientada. O Arquiteto Fragomeni, responsável pela elaboração do Plano, fez uma explanação e defendeu a implantação de condomínios para cercear a mobilidade do setor leste/oeste, transferindo para a iniciativa privada a implantação de habitação de interesse social. Esclareceu que serão mantidas as faixas de proteção dos rios existentes na legislação atual. O Sr. Jorge Grando falou que deve-se tomar cuidado para não quebrar a barreira do Rio Palmital e com a drenagem. O Sr. David Lachowski disse que há necessidade de novas áreas para ocupação e que os condomínios evitam invasões e protegem o meio ambiente. O Sr. Paulo Raffo da SANEPAR disse que a proposta precisa ser analisada pela sua Instituição. O Sr. Gil Polidoro comentou que uma ocupação mais elitizada fornece uma ocupação mais adequada para a proteção dos mananciais. O Sr. Reginato Bueno do IAP não considerou conveniente aprovar o Plano na reunião sem analisar mais profundamente. Os Srs. Conselheiros pediram mais prazo para efetuar a análise da proposta. O Dr. Alcidino definiu que a próxima reunião será realizada dentro de quinze dias. Finalmente, o Sr. Presidente do Conselho, agradeceu a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão.

ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO
Secretária Executiva

IVAN RODRIGUES
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO PASE
Conselheiro



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

LUIS CARLOS ASSUNÇÃO
Conselheiro

EMÍLIO TREVISAN
Conselheiro

GIL BUENO POLIDORO
Conselheiro

JORGE CARVALHO GRANDO
Conselheiro

ARNALDO CARLOS MULLER
Conselheiro

PAULO CARNEIRO RAFFO
Conselheiro

REGINATO GRUN BUENO
Conselheiro